BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

SUPLEMENTO AO *BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO* DE COIMBRA

VOLUME II 1953 N.º 3

José Acúrsio das Neves

Precursor do industrialismo em Portugal (*)

SUMÁRIO: — 1. José Acúrsio das Neves: resenha das principais etapas da sua vida. — 2. Carácter prático da sua obra. — 3. Lugar de Acúrsio das Neves na História do Pensamento Económico em Portugal. — 4. Acúrsio das Neves e os estudos histórico-económicos. — 5. O precursor do industrialismo em Portugal. — 6. Duas facetas contraditórias na personalidade e na obra de Acúrsio das Neves: o economista de transição. — 7. Acúrsio das Neves como clássico da nossa literatura económica. — 8. O estudioso, o escritor e o homem.

1. Na galeria dos economistas portugueses, José Acúrsio das Neves tem um lugar inconfundível. Jurista pela formação, volve-se economista por vocação e gosto; e tem a felicidade de poder ocupar, durante bastantes anos, o lugar donde melhor poderia conhecer as realidades quotidianas da economia portuguesa. Do antigo escolar de leis, aprovado *nemine discrepante* em todos os anos do seu curso, sai o Desembargador da Relação do Porto, não em exercício no pretório, antes na Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, — como Deputado secretário — e na Direcção da Real Fábrica das Sedas do Subúrbio do Rato. E do encontro da cultura económica haurida em anos de estudo diligente com a experiência prática de administração fabril — resulta uma obra de economista com singulares carac-

(*) O presente artigo reproduz, com alguns aditamentos indispensáveis, o capítulo final de um trabalho que temos concluído, para publicar, sobre *A Vida e as Ideias Económicas de José Acúrsio das Neves, primeiro grande defensor da indústria moderna em Portugal.*

terísticas, que bastante se destaca na História do Pensamento Económico em Portugal.

A vida de José Acúrsio das Neves (1766-1834) [1] pode dividir-se em cinco períodos, que parece corresponderem a fases bem definidas:

— O primeiro período (1766-1797) é o da formação do que podemos chamar *um magistrado do fim do século XVIII*, sendo marcado pela infância e juventude do futuro economista, das quais nada sabemos, pela frequência da Universidade de Coimbra, onde o seu *curriculum* é de boa aplicação ao estudo e irrepreensível comportamento, pela leitura no Desembargo do Paço, equivalente ao actual concurso para a magistratura, por uma estreia literária típica da época com um escrito de carácter laudatório, e pela nomeação, de Juiz de Fora primeiro e de Corregedor depois, na cidade de Angra.

— O segundo período (1798-1807) pode definir-se

---

[1] Não existe qualquer estudo biográfico completo de José Acúrsio das Neves. Colhem-se, no entanto, elementos para o conhecimento da vida do economista nas seguintes obras: J. I. C. [José Inácio Cardoso], *Notícias Biográficas do Desembargador José Acúrsio das Neves*, Lisboa, Impr. Nac., 1849; Francisco António Rodrigues de Gusmão, «Biografia do Sr. José Acúrsio das Neves», no jornal *A Nação*, n.º 399, de 19 de Janeiro de 1849; Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Impr. Nac., tomo IV, págs. 181 e 458, e tomo XII (5.º do suplemento), pág. 196; Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal, Dicionário Histórico, etc.*, vol. IV; prof. Doutor Moses Bensabat Amzalak, *O Economista José Acúrsio das Neves: I — Bibliografia*, Lisboa, 1920, parcialmente reproduzido em *Do Estudo e Evolução das Doutrinas Económicas em Portugal*, Lisboa, 1928, págs. 177-191; Fernando Campos, *O Pensamento Contra-Revolucionário em Portugal (século XIX)*, Lisboa, 1931, vol. I, págs. 121 e segs.; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. I; e José Calvet de Magalhães, «Estudo Biográfico», servindo de prefácio a *José Acúrsio das Neves*, antologia de textos sobre política e economia na colecção «Idearium, Antologia do Pensamento Português», Lisboa, Edições do SNI, 1946.

como o dos ***primeiros contactos com a Economia Política***, caracterizando-o: a elaboração de um estudo geográfico, político e económico sobre a Ilha Terceira, estudo que nunca chegou a ser publicado e de cujo original se desconhece o paradeiro; a sugestão do Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho — que depois seria seu protector — no sentido de que lesse a obra de Adam Smith, que entre nós era ainda pràticamente desconhecida [2]; a preparação de uma memória sobre o problema do comércio dos cereais, que só veria a luz da publicidade 107 anos depois da sua morte [3]; e o regresso ao Continente, depois de um incidente profissional sanado com plena satisfação para o magistrado.

— O terceiro período (1808-1810) é aquele em que, nas anormais circunstâncias das invasões francesas Acúrsio das Neves se revela *panfletário e historiador* [4], mantendo-se fora do exercício de funções públicas, alheio aos estudos económicos, e tão só fortemente dominado pelo fervor patriótico, que se entrecruzava com

---

(2) Apesar de ter saído vinte e dois anos antes na edição original inglesa, dez anos antes na primeira tradução francesa anónima de Blavet, oito anos antes na segunda tradução francesa, de Roucher, e quatro anos antes na tradução espanhola anotada de José Alonso Ortiz. Sobre vestígios de influência smitheana no pensamento económico entre nós, no fim do século XVIII, cfr., no entanto, *A Memória Económico-Política da Província da Estremadura de José de Abreu Bacelar Chichorro*, publicada com introdução e notas, pelo Prof. Doutor Moses Amzalak, Lisboa, 1943, págs. 14, 16 e 35-45.

(3) *Memória Económico-Política de José Acúrsio das Neves*, publicada, com «Estudo Prévio» por Fernando de Aguiar, separata da revista *Gil Vicente*, Guimarães, 1941.

(4) Publicou cerca de uma dezena de opúsculos, que podem ver-se inventariados em Inocêncio *(Ob. cit.)*, e a *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1810-1811, 5 vols. de pequeno formato.

uma vivíssima paixão política, que o fazia combater ardentemente os partidários do sistema constitucional, que quase identificava com os simpatizantes dos invasores.

— O quarto período (1811-1820) é o mais fecundo da vida de José Acúrsio das Neves que, durante quase dez anos afastado de preocupações políticas absorventes, se dá inteiro às tarefas e estudos de *administrador fabril e economista*. Este período é, com efeito, assinalado por uma interessante actuação do Desembargador da Relação do Porto na Direcção da Real Fábrica de Sedas ([5]), e pela relevante publicação das suas obras económicas mais importantes: as *Variedades* ([6]) e a *Memória* de 1820 ([7]). É ainda o período em que o seu prestígio como economista passa além fronteiras, e encontra consagração entre nós no convite para colaborar activamente com o Conde da Feira, em 1819, num «plano de melhoramentos» da economia portuguesa, incluindo agricultura, indústria, comércio e marinha mercante.

— O último período (1821-1834), finalmente, pode subordinar-se à seguinte rubrica: *vida política aciden-*

([5]) Sobre a sua intervenção na Direcção da Fábrica, possuímos abundantes informações da pena do próprio economista: cfr. *Memória sobre alguns acontecimentos mais notáveis da Administração da Real Fábrica das Sedas desde o ano de 1810 e sobre os meios do seu restabelecimento, dirigida à Corte do Rio de Janeiro e ao Governo de Portugal no ano de 1819*, Lisboa, na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1821.

([6]) *Variedades sobre vários Objectos relativos às Artes, Comércio e Manufacturas consideradas segundo os Princípios da Economia Política*, Lisboa, Impressão Régia, 2 vols., respectivamente de 1814 e 1817.

([7]) *Memória sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa, considerada nos seus diferentes Ramos*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1820.

tada e últimos escritos económicos. É a fase da vida em que o autor das *Variedades* é demitido dos seus cargos, em consequência de ataques pessoais que fizera na sua história das invasões, e se vê arrastado pela voragem da política activa, envolvendo-se nas lutas mais acesas, o que o levaria a passar sucessivamente pelas lides de doutrinação absolutista (8), pelas Cortes ordinárias de 1822 como deputado da minoria contra-revolucionária, por diversas dificuldades na carreira profissional emergentes da actividade política, e por vicissitudes de carácter mais grave, com a prisão e o desterro da Corte, até que, com a subida de D. Miguel ao trono, viesse o apogeu da sua carreira política (9), seguido de participação na guerra civil, como colaborador da folha oficial do governo tradicionalista, refúgio na província, últimos desgostos e morte ao abandono num palheiro, nas vésperas da Convenção de Évora Monte. Publica, neste período, além de um trabalho de divulgação científica alheio às suas preocupações habituais, um livro de subsídios para a História Económica (10) e a sua última obra, um estudo de economia colonial (11) — ambos, no entanto, inferiores às *Variedades* e à *Memória* de 1820.

---

(8) Cfr. *Cartas de um Português aos seus Concidadãos sobre diferentes objectos de utilidade geral e individual*, Lisboa, 1822, e *Continuação das Cartas aos Portugueses*, Lisboa, 1823.

(9) Quando, em 1828, foi eleito «Procurador Letrado da Cidade de Lisboa», à Junta dos Três Estados e proferiu o discurso de resposta ao da proposição por parte da Coroa, que coube ao Bispo de Viseu. Cfr. *Assento dos Três Estados do Reino juntos em Cortes na cidade de Lisboa, feito a 11 de Julho de 1828*, cuja redacção se atribui ao economista.

(10) *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a Produção e Manufactura das Sedas em Portugal, e particularmente sobre a Real Fábrica do Subúrbio do Rato e suas Anexas*, Lisboa, Impressão Régia, 1827.

(11) *Considerações Políticas e Comerciais sobre os Descobrimentos e Possessões dos Portugueses na África e na Ásia*, Lisboa, Impressão Régia, 1830.

2. A obra económica de Acúrsio das Neves ([12]) revestiu-se no seu tempo de grande importância e ainda hoje apresenta considerável interesse.

É a obra de um economista essencialmente *prático* ([13]) que nem sempre descortinou com precisão onde acabava a Economia Política e onde começava a Política Económica. Sem dúvida. Mas, nisso, não fez mais do

---

([12]) O que sobre ela se encontra escrito em livros de carácter especializado, não tendo o propósito de esgotar o assunto, incita a considerá-lo mais detidamente com o objectivo de o aprofundar: Cfr. Doutor José Frederico Laranjo, «Economistas Portugueses», em *O Instituto*, vol. 31.º (1883-1884), pág. 122; Doutor Marnoco e Sousa, *Economia Nacional*, pág. 87, e *Ciência Económica*, 1910, pág. 103; e Prof. Doutor M. B. Amzalak, *O Economista José Acúrsio das Neves: II — Doutrinas Económicas*, Lisboa, 1921 (opúsculo em parte reproduzido em *Do Estudo e Evolução*, cit.) em que pela primeira vez se tentou tirar o economista do injustíssimo esquecimento em que permanecera.

([13]) Realmente, Acúrsio das Neves não se apresenta como um economista *teórico* preocupado com depuramentos abstractos da aparelhagem conceitual. O título das *Variedades* anuncia que os diversos objectos relativos às artes, comércio e manufacturas são nelas considerados — «*segundo os princípios da Economia Política*». Logo daí resulta que o assunto da obra não é a *Economia Política em si mesma* com os problemas do seu desenvolvimento na época, do seu método, das suas deficiências explicativas e das suas intrincadas controvérsias abstractas, — mas *a aplicação* da Economia Política a situações económicas reais. Precisamente por isso Acúrsio das Neves afirmou algures: «não clamem contra mim que eu não publico doutrinas novas» (*Variedades*, vol. II, pág. 217). (Justiça, no entanto, é pôr em destaque que exerceu o espírito crítico, com argúcia e precisão consideráveis, na escolha das teorias que melhor lhe pareciam casar-se com a realidade, não se embaraçando sequer quando tinha de afastar concepções defendidas por autores como João Baptista Say, por quem mostrava alto apreço e respeito). Devemos, portanto, frizar que Acúrsio das Neves se apresenta como um «economista aplicado», incluindo-se melhor — segundo a distinção conhecida de Pigou («The Function of Economic Analysis», in *Economic Essays and Adresses*, de colaboração com Robertson, Londres, 1931, págs. 1 e segs.) — na categoria dos que utilizam os instrumentos teóricos de análise («tool-users») do que na dos que elaboram, ou aperfeiçoam, esses instrumentos («tool-makers»).

que seguir o exemplo da literatura económica estrangeira, que tão largamente conhecia, e tão lùcidamente assimilou ([14]).

Na verdade, a Economia Política surgiu como Política Económica e como Economia Aplicada. A expressão «Economia Política» aparece, como se sabe, no período mercantilista e Antoine de Montchrétien cria-a, no século XVII, para designar o estudo do que ele próprio chamou «cette mesnagerie publique, à quoy les necessités et charges de l'Éstat obligent d'avoir principalment égard» ([15]). Foi neste sentido que, desde o século XVI até ao meado do século XVIII, os escritores mercantilistas entenderam a economia: como Economia *Política*, estudo de um sistema em que o Estado era

([14]) Entre os autores citados por José Acúrsio das Neves, figuram principalmente: Smith (na edição inglesa, e na tradução espanhola de 1794, com notas de José Alonso Ortiz); Say (*Traité d'Économie Politique*, edições de 1803 e de 1814); Sismondi (*De la Richesse Commerciale, ou Principes d'Économie Politique appliqués à la Législation du Commerce*, Genebra, 2 vols., 1803); Jerónimo de Ustáriz (*Teoria e Prática de Comercio y Marina*, Madrid, 1724); José Alonso Ortiz (*Ensaio Economico sobre el Sistema de la Moneda-papel*); Conde de Verri (*Medita-*

em Paris, mostraria conhecer bem Smith, Say, Malthus e Ricardo, sendo por isso justo o que disse o Doutor José Frederico Laranjo, quando frizou que Solano Constâncio era mais seguro do que Acúrsio das Neves «em teorias». Mas isto não priva o autor das *Variedades*, de ter deixado uma obra de fôlego, teórica e prática, profundamente inserida nas realidades da Nação.

A outros a glória de terem conhecido, com alta precisão teórica, os refinamentos da economia clássica; a ele, magistrado e administrador fabril, a de ter sabido escolher, com muito estudo, sólida informação e um real bom senso, o que mais poderia convir ao progresso económico do país.

Acúrsio das Neves foi, sem dúvida, no meio nacional, quem pela primeira vez procurou dar, em escala considerável, uma *base científica* à política económica. Foi essencialmente — já o dissemos e repetimos — um economista *prático*, bem informado do movimento teórico da época, mas para quem os debates puramente teóricos não mereciam interesse em si mesmos. Virado para a vida quotidiana, solicitado por ela, estimulado por ideais de política económica, *mobilizou* os conhecimentos de História Económica e de Economia Política para a solução directa de problemas de Economia Aplicada e de Política Económica concreta. É um continuador, o mais notável, do espírito, não da letra, das *Memórias Económicas* da Academia.

4. A obra do nosso economista tem uma característica rara, um cunho inconfundível: domínio da história económica portuguesa, em conjunto com larga informação da economia teórica da época — «duas espécies de conhecimentos que — como notou o Doutor José Frede-

rico Laranjo — no período liberal e sob a influência das doutrinas cosmopolitas da escola individualista nunca se reuniram depois» ([24]). É necessário, com efeito, chegar à década de 1880-90 para que, com Oliveira Martins, se conjuguem novamente, num mesmo homem, conhecimento teórico e prático das coisas económicas, e clara e segura noção da evolução histórica da economia nacional.

A obra mais importante de Acúrsio das Neves são as *Variedades*, livro desigual e extenso, onde se encontram os fundamentos teóricos de todos os seus trabalhos posteriores. Mas, sem sombra de dúvida, o seu melhor trabalho é a *Memória* de 1820, quer pelo conteúdo, quer pelo acabamento expositivo, concisão e vigor de estilo, condensando um programa concreto, que realça brilhantemente na nossa Economia Política do primeiro terço de oitocentos. Pela documentação que inclui — parte dela constituída por dados estatísticos — é fonte indispensável para o estudo dos aspectos económicos do período imediatamente anterior à revolução de 1820 e para o conhecimento da economia portuguesa nos primeiros vinte anos do século XIX.

Para nós, hoje, a obra económica de Acúrsio das Neves representa um manancial de informações utilíssimo, para o estudo da História Económica do nosso país, e designadamente, para o conhecimento das origens do capitalismo em Portugal. Embora a este propósito não se possa dizer que, nos nossos dias, ela seja uma fonte desconhecida dos estudiosos, a verdade é que os

---

([24]) *Loc. cit.*, pág. 122. No mesmo sentido: Doutor Marnoco e Sousa, *Loc. cit.*.

elementos que nela se contêm não foram, até hoje, totalmente utilizados, nem integrados numa teoria sistemática da nossa evolução económica, que aliás se não pode considerar ainda satisfatòriamente traçada. Ora, é bem possível que, neste particular, o sentido da obra de Acúrsio das Neves, atentamente explorado, venha a reservar surpresas aos investigadores — mostrando-se mais sugestivas do que se tem pensado algumas «hipóteses de trabalho» que da sua obra decorrem. De qualquer modo, fica sempre a Acúrsio das Neves, se não estamos em erro, — e a despeito das indagações parcelares anteriores, sobre história da moeda e dos preços, do Doutor Rodrigues de Brito ([25]) — um lugar de *precursor dos estudos histórico-económicos* no nosso país, principalmente no respeitante à indústria ([26]).

([25]) Cfr. o que escrevemos em *Preços do Trigo e do Milho em Lisboa e em Coimbra no primeiro vinténio do século XIX*, Coimbra, 1954 (separata deste *Boletim)*, págs. 8-12.

([26]) Raro será o assunto de importância para a política económica e financeira de que José Acúrsio das Neves não tenha procurado esboçar os dados históricos — ou melhor histórico-económicos —, especialmente através de referências às reformas passadas, e à legislação respectiva. Mas, mais do que isso, o economista procurou traçar pela primeira vez, sem apoio em quaisquer predecessores, as *linhas fundamentais da evolução da economia portuguesa*, desde as origens até ao tempo em que escreveu. A este respeito, há nas *Variedades* vários contributos, que entre si se completam, alguns no vol. I, outros no vol. II, mas há um que pretende constituir, e sem dúvida constitui, a espinha dorsal das ideias do autor sobre a evolução económica do nosso país: é o ensaio intitulado «Épocas da Agricultura e Manufacturas em Portugal», com que fecha o vol. II. Ao abrir a «Prefacção» das *Noções Históricas*, escreveu, mais tarde, que uma história completa dos estabelecimentos fabris portugueses, acompanhada das apropriadas explicações dos princípios da *Economia Política* e da *Administração Fiscal*, constituiria um importante serviço feito ao Estado, não só pela novidade e dificuldade da matéria, que os seus antecessores tinham deixado intacta, mas também pelos muitos

5. Por muitas razões, portanto, a obra do economista já mereceria o nosso interesse. Mas ela atrai-nos ainda, passado mais de um século, pelo que contém de *actual*, pelo quanto a sua leitura pode fazer reflectir na tradição de luta persistente, entre nós, contra a ideia pouco construtiva de que seríamos um país desprovido de recursos naturais e, como tal, condenado a uma indefinida permanência no estado de nação «essencialmente agrícola», — sendo, aliás, curioso notar que, para Acúrsio das Neves, como para nós hoje também, a avaliação das possibilidades económicas nacionais nunca se desliga da extrema importância do ultramar português.

O autor das *Variedades* é um antepassado ilustre da linhagem de críticos do nosso atraso económico, que têm visto o caminho do progresso nacional no desenvolvimento da indústria. Prolongando e actualizando o pensamento do Doutor Duarte Ribeiro de Macedo ([27]) e D. Rodrigo

---

auxílios que dela se poderiam extrair (pág. III). Esta declaração sem dúvida confirma a impressão de que Acúrsio das Neves aspirou a ser, e teve a consciência de que foi, um precursor dos estudos histórico-económicos em Portugal: precursor em elevado sentido, aliás, pois concebeu esses estudos com rigorosas exigências científicas, e não como mera anotação cronística de factos avulsos, como poderia deixar parecer o carácter um tanto fragmentário e desordenado das *Noções Históricas*, colectânea de trabalhos lidos em sessões da Academia das Ciências, de que foi sócio.

([27]) «Discurso sobre a Introdução das Artes neste Reino», escrito em Paris em 1675 (publicado pòstumamente no *Investigador Português em Inglaterra*, por volta de 1813, e incluído nas *Obras Inéditas de Duarte Ribeiro de Macedo*, Lisboa, Imprensa Régia, 1817, tendo sido modernamente reeditado na *Antologia dos Economistas Portugueses, Século XVII — Obras em Português*, selecção, prefácio e notas de António Sérgio, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924, págs. 241-325), — conciso e bem deduzido ensaio, onde o autor segue, aplicando-a a Portugal, a doutrina do Doutor Sancho de Moncada (*Restaura-*

de Sousa Coutinho ([28]) coloca-se, na origem da «escola dos industrialistas» — chamemos-lhe assim por comodidade ([29]) — que se continuará com Oliveira Marreca e

---

ción Política de España, Madrid, 1619) acerca da necessidade das artes mecânicas como meio de obviar ao desequilíbrio da balança do comércio. — Sobre a influência de Moncada em Macedo, além das referências que se encontram no texto do próprio «Discurso» (*Antologia* cit., págs. 258-260, 266, 307-308 e 310), cfr. António Sérgio (*Ibid.*, págs. XVII, XLI e, especialmente, 376-379).

— Acúrsio das Neves conhecia perfeitamente o «Discurso sobre a Introdução das Artes», referindo-se-lhe em três lugares das *Variedades* (II, págs. 248-249, 251 e 317) citando a edição das *Obras Inéditas*, publicadas no mesmo ano em que escrevia.

([28]) «Discurso sobre a Verdadeira Influência das Minas dos Metais Preciosos nas Nações que as possuem, especialmente da Portuguesa» (in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal e suas Conquistas*, Lisboa, na Oficina da Academia, 1789, tomo I, págs. 237-243), — sucinto escrito que francamente destoa da orientação predominantemente fisiocrática das *Memórias Económicas* por, através de um ponto de vista na aparência, mas só na aparência, inclinado ao mercantilismo, manifestar uma aberta propensão para o «industrialismo» (cfr., designadamente, pág. 242, onde se refere ao Tratado de Methwen).

— Não é impossível que Sousa Coutinho tivesse conhecido, em manuscrito, o «Discurso» do Doutor Ribeiro de Macedo, mas, de qualquer modo, afigura-se, com grande probabilidade, que tenha sofrido a influência da notável obra do Doutor Sancho de Moncada, de que saíram diversas edições.

— Acúrsio das Neves nunca se referiu ao «Discurso» de Sousa Coutinho, mas — sem sombra de dúvida — tinha dele conhecimento, não só porque cita as *Memórias Económicas* da Academia, mas ainda — e principalmente — porque Sousa Coutinho foi seu orientador e protector, tendo-o incitado, em 1798, a ler o livro de Adam Smith.

([29]) Sobre o significado da palavra «industrialismo», que se tornou corrente na linguagem económica moderna, salientou recentemente um autor os dois mais importantes sentidos, dos quatro que poderiam atribuir-se ao vocábulo: por um lado, «trata-se de *opor a actividade da manufactura* [ou, modernamente, da maquinofactura] *à da agricultura e do comércio* e de insistir sobre o papel primordial da fábrica como produtora de valores novos»; e, por outro lado, trata-se de pôr em evidência «*a confiança no futuro prodigioso que espera o desen-*

Oliveira Martins, chegando aos nossos dias com o Prof. Ezequiel de Campos, Eng.º J. Perpétuo da Cruz, Eng.º Araújo Correia, Prof. José Ferreira Dias e outros. Cremos bem que ele foi — embora como tal não tenha ainda sido considerado — ***o primeiro grande defensor da indústria moderna em Portugal*** (30).

6. Há, sem dúvida, em Acúrsio das Neves, duas facetas que, a uma primeira impressão, logo se destacam

---

volvimento industrial» (Cfr. Pierre-Louis Reynaud, Prefácio a *Jean-Baptiste Say*, textes choisis, «Collection des Grandes Economistes», Paris, Dalloz, 1953, pág. 29).

(30) Armando Castro (*Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa — Fins do século XVIII a princípios do século XIX*, Lisboa, «Biblioteca Cosmos», 1947, págs. 46, nota, e 241) afirmou que as ideias de José Acúrsio das Neves «exprimem com nitidez o panorama do nascente capitalismo no nosso país», e que o autor das *Variedades* «soube ser ideólogo da burguesia». Porém, em nossa opinião, isto não é o mesmo que classificar Acúrsio das Neves como *o primeiro grande defensor da indústria moderna em Portugal*. Com efeito, o nosso economista não se limitou a *exprimir* teòricamente os problemas do nascimento da indústria moderna em Portugal, porque foi, em todos os sentidos, o *defensor* dessa mesma indústria: por escritos, e por actos, nas suas obras e em decisões oficiais (na Junta do Comércio e na Real Fábrica das Sedas); defensor contra os mercantilistas e contra os fisiocratas; defensor no terreno económico, e no plano jurídico, no campo da tecnologia e no da política tributária. Por outro lado, parece-nos que o traço característico de Acúrsio das Neves não é pròpriamente ter adoptado o ponto de vista da burguesia, como tantos dos seus contemporâneos, mas ter abordado o estudo dos problemas do ponto de vista do *progresso económico* da monarquia portuguesa, encarando a realidade de frente, e vendo a fatalidade da evolução histórico-económica no tocante à indústria. Julgamos, portanto, que Acúrsio das Neves se apresenta como defensor, no sentido de *campeão*, de *uma actividade económica* determinada — a indústria —, o que é diverso de «ideólogo» de uma determinada *classe social* — a burguesia. Acúrsio das Neves foi, acima de tudo, doutrinário do progresso económico nacional, *nos quadros tradicionais da estrutura do país*, e, nesta base, o primeiro grande defensor do desenvolvimento da indústria moderna entre nós, apesar da sua tenaz oposição à burguesia, no terreno político.

por contraditórias: de um lado, o absolutista estreme, autor de escritos de doutrinação política que o enquadram no tipo mais intransigente do anti-liberalismo militante da época; de outro lado, o economista de tendência liberal, discípulo de Smith e de Say.

Como conciliar estes aspectos antagónicos, que como tais se deviam apresentar à maioria dos homens do tempo em que viveu? Como explicar, com a perspectiva de hoje — à distância de mais de um século — a contradição que se afigura patente? ([31]).

Bem sabemos que *os fisiocratas* foram «absolutistas» em política e «liberais» em economia, sem que por isso costume ver-se no facto qualquer contradição digna de estudo particular. Simplesmente, os fisiocratas foram teóricos da fase final da monarquia *agrária*, procurando nas suas obras expor as vantagens de libertar a agricultura das peias que a tolhiam, fiados, para a realização dos seus fins, no poder absoluto do monarca — o primeiro proprietário de terras ([32]). Ora, Acúrsio das Neves,

---

([31]) Que saibamos, sobre problema tão curioso não se detiveram os autores que até hoje escreveram sobre Acúrsio das Neves. Apenas pressentiu a dificuldade, sem no entanto ter empreendido o seu estudo, Fernando de Aguiar (*Ob. cit.*, págs. 15 e 40-41). A posição deste autor pode resumir-se do seguinte modo: o pensamento de José Acúrsio das Neves «não podia estar nas doutrinas de *liberdade económica*, porque a ser assim, «derruiria» com todo o seu edifício de doutrinação política; são, pois, «impossíveis» em espírito tão brilhante «o encontro e atropelamento de dois ideais antagónicos». O mesmo Autor sai da realidade quando conclui que o economista «nunca pensou, embora as conhecesse e estudasse, em perfilhar [...] as doutrinas dos encartados pais de uma economia liberal». Os escritos económicos de Acúrsio das Neves não consentem semelhante afirmação.

([32]) Como se sabe, a primeira edição do *Tableau Économique* de Quesnay foi publicada em Versalhes, no próprio palácio real, e sob as vistas de Luís XV, o qual, segundo alguns, chegou a tirar, pessoal-

como é bem sabido, não foi um fisiocrata, nem se propôs teorizar as condições de uma monarquia absoluta de tipo exclusivamente agrário, pois muito se preocupou com os problemas do desenvolvimento industrial, os quais apresentavam aspectos de conflito com a estrutura tradicional da monarquia — como resulta, por exemplo, do que escreveu sobre o problema da liberdade de iniciativa e de trabalho ([33]).

Como se tornará para nós inteligível, pois, a disparidade entre as posições de princípio do autor das *Variedades* «em economia» e «em política»?

Acúrsio das Neves, como Adam Smith, seu mestre, e também Malthus, pareceu raciocinar «em termos de uma estrutura social permanente, com as características da fase de transição do século XVIII» ([34]). Aspirava, talvez, como eles a «uma espécie de equilíbrio entre elementos aristocráticos *Whig* e os primitivos elementos burgueses industriais» ([35]). A ser assim — e este esquema de interpretação parece amoldar-se ao nosso economista —, teria de combinar a defesa de condições histó-

---

mente, provas tipográficas da obra, que saiu impressa com grande luxo.

([33]) Cfr. a «Memória sobre as corporações de Ofícios, Artes e Comércio», uma das mais importantes peças incluídas no vol. I das *Variedades*. *Em teoria*, o economista considerava as corporações dos mesteres — como as de comércio — caducas e condenáveis, mas não sustentou opinião correspondente, *no caso de Portugal*, por as considerar demasiadamente enraizadas na tradição e na realidade do país. Sobre a liberdade de trabalho, cfr. ainda, do economista, as *Noções Históricas* cit., onde se encontram referências concretas a obstáculos «estruturais» ao desenvolvimento da produção industrial (págs. 87-88, 139-140, 142-155 e 254-255).

([34]) Eric Roll, *A History of Economic Thought*, 2.ª ed., Nova York, Prentice-Hall, 1942, pág. 219.

([35]) *Ibid.*

ricas pré-capitalistas com a apologia do próprio capitalismo. Daí todo o carácter da sua obra, em que o iluminismo pombalino ([36]) coexiste com o liberalismo económico, à custa de um compromisso para nós difícil de conceber ([37]), mas que representava afinal, em grande medida, o caminho histórico da monarquia portuguesa nos primeiros vinte anos do século XIX. Cremos estar aqui o cerne do carácter *contraditório* da obra de Acúrsio das Neves, que julgou poder a situação social do fim do século XVIII manter-se inalterada nas primeiras décadas do século seguinte. Por isso nunca ele compreendeu as aspirações «políticas» da burguesia — ele, que não nasceu aristocrata —, sempre as tendo reputado uma utopia, só capaz de conduzir a passos prematuros e como tais catastróficos. Demasiadamente ligado à agricultura, e ao que ela envolve de estabilidade social, não

---

([36]) «Iluminismo católico», de influência italiana, como demonstrou o Prof. Doutor Luís Cabral de Moncada, no seu livro sobre Verney, em 1940, e mais amplamente nos *Estudos de História do Direito*, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1950, vol. III.

([37]) É bem possível que, a este respeito, o autor das *Variedades* tenha visto em Say, por quem nutria profunda admiração, não apenas o divulgador e continuador de Smith, mas a fonte estimulante de uma tentativa de harmonização do iluminismo com os corolários liberais da economia smithiana, tanto mais que Say, racionalista e deísta, se referia a cada passo às «luzes», como doutrinário que se reclamava dos enciclopedistas e dos «ideólogos» liberais do século XVIII.

— Claro está que a parte mais delicada de qualquer tentativa de conciliação do «despotismo esclarecido» com o liberalismo económico residiria forçosamente no problema do *papel do Estado*. Por isso, neste aspecto, o nosso economista, em nome das necessidades de fomento e protecção da indústria nascente nos países atrasados, afasta-se, com independência, do liberalismo extremo de Say, atribuindo ao Estado um papel importante como esteio do progresso fabril.

propendia a admitir uma profunda modificação da estrutura institucional do país, nem compreendia que ela andasse necessàriamente associada, no plano histórico, ao desenvolvimento da indústria, do comércio e da agricultura [38]. Por isso, na sua concepção do Estado, ficou sempre no tempo de D. Maria I. Nunca encarou objectivamente o que havia de específico no reinado de D. João VI. Daí a sua procura, no absolutismo de D. Miguel, de um *regresso* — no sentido de restabelecimento do equilíbrio — ao «iluminismo», ao «despotismo esclarecido», pelas luzes, do tempo de Pombal.

A revolução francesa foi para ele um choque profundo, porque se apercebeu de que através dela, e do que representava de subversão da ordem tradicional, triunfava *a liberdade da indústria e do comércio*, que ele considerava tão desejável [39].

As críticas que Acúrsio das Neves fez à revolução

---

[38] Com ponto de vista contrário, Ferreira Borges diria, em 1834, ser o *sistema constitucional* «consequência necessária e infalível do moderno sistema económico» (*Instituições de Economia Política*, cit., pág. XXV.

[39] Em 1814, no vol. I das *Variedades* Acúrsio das Neves escreveu: «É triste que fosse o maior dos flagelos que a Europa tem sentido, a revolução, quem libertou a indústria de tais prisões [as corporações de artes e ofícios] em França e em muitos outros países. Porque a revolução, conduzindo às agonias da morte os Estados, que delas foram vítimas, transtornou de um só golpe toda a ordem social, é que pôde destruir sem obstáculos a maior parte das antigas instituições, ou fossem boas ou viciosas. Os governos que respeitam a ordem e temem os choques, que costumam produzir as grandes mudanças repentinas, com as quais muitas vezes se abalam, e desordenam a economia e a indústria, quando se pretendem firmar e dirigir, são a cada passo obrigados a suspenderem o progresso das suas reformas, ainda as mais úteis, ou mudar de caminho para efectuá-las» (págs. 145-146).

francesa, uma revolução sanguinolenta, não teria razões para as lançar sobre a nossa revolução de 24 de Agosto, um levantamento sem vítimas, sancionado ao fim pelo rei. Mas aqui o historiador levaria a melhor, se a sua demissão lhe não tivesse ensinado muito; porque a história mostrava-lhe que as revoluções não se detêm na sua marcha senão por obstáculos externos à sua lógica férrea. Os anos que intensamente viveu, de 1820 a 1834, puderam mostrar-lhe claramente que não se enganara quando tinha pressentido que o movimento de 24 de Agosto de 1820 marcaria os pródromos de um ciclo de lutas encarniçadas e decisivas. Homem de transição, até 1820 tinha os olhos postos mais no futuro do que no passado; de 1820 até à morte, teve os olhos só postos no passado. Nunca mais acertaria o passo com os tempos. Ficou para trás no caminho, ultrapassado pelo ritmo da história.

Mas a obra económica que nos legou tira-o do esquecimento. Apesar da ambiguidade da sua posição — um pé no passado, outro no futuro — a sua personalidade de economista não aparece menos sugestiva, se nos reportarmos aos problemas concretos da economia portuguesa na época da sua pujança intelectual, e à sua formação política, que lhe impunha balisas inultrapassáveis. Em matérias altamente controvertidas, em que se debatiam problemas cruciais do desenvolvimento histórico da sociedade, o economista culto e esclarecido aparece, em regra, ao lado das soluções mais progressivas no plano económico. O político tradicionalista põe entraves às lógicas consequências últimas do apologista da economia liberal. É certo. Mas esse é o próprio problema de Acúrsio das Neves, como *economista de transição*, experimentando no seu espírito as dissonân-

cias de um árduo compromisso entre o passado e o futuro.

7. Causará estranheza, talvez, que ao persistente traço individualista e liberal do pensamento económico de Acúrsio das Neves atribuamos maior vulto do que o seu interesse actual poderia justificar.

Ora, por um lado, a História do Pensamento Económico deve ser objectiva, desprendendo-se de outros critérios que não sejam os da honesta compreensão histórica. Por outra banda, queremos expressamente dizer que nos não moveu qualquer *parti pris* favorável ao liberalismo económico, pois o consideramos, pelo menos na sua forma pura, uma relíquia do passado que, fora desse grande museu que é a História Económica, se não encontra hoje em parte alguma.

Os problemas do tempo de Acúrsio das Neves eram, realmente, os que ele equacionou e procurou resolver, com probidade intelectual e critério científico. São outros os problemas da indústria no nosso tempo. O monopólio, que para a indústria capitalista nascente constituía um entrave, viria a tornar-se, um século depois, condição de sobrevivência, de melhoria técnica e de robustez financeira, reclamando da parte do Estado, não a repressão pura e simples, mas a vigilância, a coordenação e, algumas vezes, a justificada protecção, em nome dos interesses superiores da economia nacional. Se Acúrsio das Neves tivesse vivido no nosso tempo, este aspecto fundamental não escaparia ao agudíssimo senso prático do autor das *Variedades*.

O que a obra de Acúrsio das Neves nos obriga a recordar é que os problemas da indústria capitalista começaram por ser diversos do que são hoje; e, em

boa verdade, só pode ganhar-se com ter uma exacta representação histórica do facto, no que toca ao nosso país ([40]).

O *espírito* orientador da sua posição — se assim podemos exprimir-nos — esse é que ainda tem potencialidade capaz de chegar até aos nossos dias: é o espírito de confiança no progresso técnico, quer no respeitante às fontes de energia, quer no tocante às máquinas e instrumentos de produção; é o espírito de confiança na acção transformadora da indústria, quando devidamente amparada nos seus primeiros passos e oportunamente acautelada contra a concorrência estrangeira; é o espírito de confiança no dinamismo criador da iniciativa particular — quando as circunstâncias em que se move lhe não são adversas — e na acção do Estado, quando ela se concretize numa política económica de melhoramento agrícola, de fomento industrial e de desenvolvimento comercial; é, enfim, o espírito de confiança nas soluções bem pensadas e prudentemente executadas, com vista ao equilíbrio entre a máquina do Estado e a economia privada.

Por aqui, por estes lineamentos fundamentais do seu pensamento económico, Acúrsio das Neves é-nos ainda

---

([40]) «Os historiadores modernos [da História do Pensamento Económico] tendem muitas vezes a interessar-se, não tanto em investigar os problemas particulares que os seus predecessores consideraram importantes e as razões que os motivaram na escolha das armas para atacar esses problemas, como em traçar as genealogias das teorias modernas e em aboná-las com *pedigrees* respeitáveis. Parecemos achar extraordinàriamente difícil escapar por um momento aos preconceitos e problemas contemporâneos e imaginar uma época em que certo número de questões básicas em discussão, e mesmo o próprio «problema económico», eram diferentes das do nosso tempo» (Ronald L. Meek, «The Decline of Ricardian Economies in England», in *Economica*, Londres, 1950, pág. 43).

contemporâneo — apesar de tudo. Dos fundamentos últimos da sua obra pode deduzir-se a posição que hoje adoptaria, se se propusesse ser, no nosso tempo, como foi no dele, um veemente defensor da indústria portuguesa. Não será legítimo duvidar-se de que, se nos nossos dias vivesse, aplaudiria o «Plano de Fomento» de 1953, considerando-o mais um passo em frente, no desenvolvimento organizado da economia nacional.

Pelo nível que imprimiu aos seus trabalhos, quer na forma, quer no conteúdo, José Acúrsio das Neves foi incontestàvelmente *um clássico* da nossa literatura económica, — capaz, como todos os verdadeiros clássicos, de libertar das páginas da sua obra um espírito *que resiste ao tempo*, que ultrapassa posições teóricas particulares, em si mesmas perituras, que se expande com tais virtualidades que pode preencher até «lacunas», que, na obra, são apenas fruto da forçosa historicidade que a condicionou.

8. Alguém definiu José Acúrsio das Neves, com bastante justeza, neste asserto sintético: «homem douto, escritor notável, espírito faccioso» ([41]).

Grande e incansável trabalhador, dominando uma vasta erudição, em que o fundo dos conhecimentos é considerável e o conjunto da documentação invulgar, — revela-se um verdadeiro estudioso, paciente no labor e honesto nos processos. Mostra — para a época — segura cultura histórica, evidenciada em judiciosas reflexões e em citações dos melhores livros; vasta cultura geral,

---

([41]) Carlos de Passos, «Regência e Reinado de D. Miguel», in *História de Portugal* dirigida pelo Prof. Doutor Damião Peres, vol. VII, pág. 173.

apoiada em informações de primeira mão sobre variadíssimos assuntos de ciências naturais, técnicas, história e política. Em assuntos económicos revela formação teórica actualizada — que se vê ser fruto de diuturno estudo e aturada reflexão. Forçoso é, pois, reconhecer-lhe a qualidade de *homem douto*.

Escrevendo a língua com uma limpidez e precisão que ainda hoje surpreende; usando uma sintaxe flexível e correntia, que bastante o avantaja sobre muitos dos seus contemporâneos; possuindo o segredo de uma viril e sardónica prosa polémica, em que as imagens mais familiares não destoam das fórmulas incisivas de cunho erudito; sabendo encadear a narração de sucessos, ou alinhar fases de um raciocínio com engenhosa arte de cativar a atenção; capaz de redigir com artifícios, galas e pompas, mas propenso quase sempre ao estilo discretamente apurado, sem exageros; — foi sem dúvida, nos géneros didático e polémico, um *escritor notável*.

Para seu mal, patenteou algumas vezes, em política, características de um espírito faccioso, o que levou Oliveira Martins a apodá-lo, injustamente, de «energúmeno sábio» [42], o que nem de longe nos dá o retrato do homem. Acontece até — e os biógrafos não o têm dito — que a sua intransigência não o impediu, duas vezes pelo menos, que saibamos, de praticar actos de humanidade que no-lo revelam a uma luz diferente: foi quando, em 1828, escreveu ao Desembargador João Gaudêncio Torres, Auditor Geral do Exército, a interessar-se pelo negociante de Coimbra Manuel José de Freitas,

---

[42] *Portugal Contemporâneo*, vol. I, livro I, cap. IV, 3, pág. 99 da 5.ª ed., de 1919.

invocando o seu bom comportamento, abonado por pessoas que lhe mereciam o melhor conceito, dizendo que, por maior que fosse a sua repugnância em intervir por pessoas envolvidas em procedimentos por questões políticas, não podia deixar de fazer uma excepção, e afirmando que não lhe parecia mal interceder por um homem que julgava inocente e suplicar instantemente «todo o favor possível», para que pudesse ser «aliviado dos seus incómodos» ([43]); e foi quando, em 1830, se dirigiu por carta ao Juiz da Alçada do Porto ([44]), desembargador Vitorino José Cerveira Botelho do Amaral, a pedir brevidade no processo do Doutor António Joaquim de Campos, que tinha sido lente da Faculdade de Medicina, por estar convencido de ser a culpa do réu «leve ou nenhuma» ([45]).

Pense-se o que se pensar do facciosismo de José Acúrsio das Neves ([46]) — e nós julgamos que não se pode encará-lo fora das condições políticas da época, e com subestimação das duas cartas a que aludimos — a verdade é que ele contribuíu para grande parte das dificuldades da vida do autor das *Variedades*.

([43]) O texto da carta encontra-se, na íntegra, em *O Conimbricense* (ano de 1900, n.º 5.515) publicado pelo General Martins de Carvalho, que possuía o original.

([44]) A Alçada foi criada em 14 de Julho de 1828.

([45]) Possuía o original da carta o jornalista Joaquim Martins de Carvalho, que a publicou em *O Conimbricense* (ano de 1878, n.º 3.260).

([46]) Não deve esquecer-se que a grande admiração de Acúrsio das Neves por Say (a que já aludimos nas notas 13 e 37) se verificou a despeito das ideias políticas do autor do *Traité*, que, como se sabe, foi simpatizante da revolução francesa, voluntário da campanha de 1792, adversário do Império de um ponto de vista liberal e, por isso mesmo, «exilado no interior» até 1814. Isto nos mostra a largueza de vistas do autor das *Variedades* — no ponto de vista teórico, onde, sem dúvida, as suas preferências políticas nunca afectaram os juízos puramente científicos.

Em Acúrsio das Neves, infelizmente, o economista sofreu as péssimas consequências das vicissitudes do político, pois, de outro modo, mais vasta e rica obra nos poderia ter deixado.

Acusaram-no de «calculista» [47], como muitas vezes acontece a quem se embrenha em lutas políticas acesas. Mas ele mostrou que era capaz de nobremente suportar pesados sacrifícios para satisfação dos seus escrúpulos de consciência, como homem de honradez inconcussa.

O tempo em que cursou a Universidade, os anos da formação do seu espírito deixaram marca indelével na sua consciência social. Os estudos económicos, históricos e políticos, que posteriormente fez, e os acontecimentos que com intensidade viveu, não o levaram pelo caminho abraçado por tantos dos seus contemporâneos mais ilustres. Gostava de ironizar, falando nos «homens da carreira nova» e a si mesmo muitas vezes se apelidou — *um homem da carreira velha*.

Cento e vinte anos depois da sua morte, alcança a perspectiva de um publicista de invulgar merecimento [48]. Deixou uma obra económica que sem favor o classifica

---

(47) Deve traduzir alusão ao período de 1820 e às condições em que surgiu a *Memória sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa* — assunto que não cabe aqui desenvolver — a insinuação a que aludimos no texto e que correu num opúsculo jocoso, publicado durante a guerra civil: *A Revista do Diabo no Campo Militar de D. Miguel*, «relação curiosa e divertida em verso de pé quebrado, aos constitucionais oferecida para um pequeno desenfado», Porto, Imprensa de Gandra e Filhos, 1833, 8 págs.

(48) A Câmara Municipal de Lisboa prestou homenagem à memória do economista, introduzindo o seu nome na toponímia da capital, ao adoptar, para a artéria do «Bairro dos Actores» entre a Rua Barão de Sabrosa e a Rua Carvalho Araújo, — a designação oficial de *Rua José Acúrsio das Neves*, «escritor e economista».

como o mais significativo economista português da sua época.

Pena é que a obra económica de Acúrsio das Neves se não encontre fàcilmente ao alcance dos estudiosos, em virtude da sua grande raridade (49). Impunha-se a publicação de um volume de *Escritos Económicos* (50), — iniciativa a que só uma instituição cultural dotada de meios poderia afoitamente abalançar-se (51).

Com um tal volume se consagraria, da maneira mais elevada, a memória de quem foi um precursor do industrialismo no nosso país — o primeiro grande defensor da indústria moderna em Portugal.

FERNANDO PINTO LOUREIRO
Antigo Assistente da Faculdade de Direito de Coimbra.

---

(49) Para se avaliar quanto são raras, por exemplo, as *Variedades*, basta lembrar que dos dois volumes que as constituem — até nisto a má sorte perseguiria o economista!... — «*a maior parte da edição*», que ele tinha de reserva num dos armazéns do edifício da Junta do Comércio, «para quando fosse publicando mais alguns tomos», *ardeu*, no incêndio de 10 de Junho de 1823 (Cfr. *Petição Documentada*, pág. 14).

(50) Um tal volume deveria, incluir, pelo menos, em nosso critério, o fundamental das *Variedades*, a *Memória sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa* e as *Noções Históricas*. Um índice alfabético por assuntos, suficientemente minucioso, visaria a facilitar a consulta da obra, tanto a economistas como a historiadores.

(51) Num catálogo há anos distribuído, a Coimbra Editora, L.da anunciou a publicação, na sua série «Cultura Económica», de um tomo de *Escritos Económicos* de Acúrsio das Neves, em edição organizada e prefaciada por nós. Em virtude da difícil situação do mercado livreiro, por aquele tempo, essa publicação não pôde fazer-se.